



I - data-base: 1º de julho de 2000;  
II - valor nominal na data-base: R\$ 1,00;  
III - preço unitário em 15 de fevereiro de 2015: R\$ 4,195705;  
IV - data de vencimento: a partir de 15 de abril de 2015 e todos os dias 15 dos meses subsequentes em que vencerem as operações de crédito, até a última em 15 de abril de 2026;  
V - modalidade: nominativa e negociável;  
VI - taxa de juros: 12% a.a. (doze por cento ao ano), calculada sobre o valor nominal atualizado;  
VII - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias dos dias úteis imediatamente anteriores às datas de emissão e de resgate do título;  
VIII - pagamento de juros: na data de resgate do principal;  
IX - resgate do principal: até a data de vencimento da correspondente parcela de juros de financiamento à exportação;  
X - forma de colocação: direta, em favor do interessado, não podendo ser colocada por valor inferior ao par, em quantidade equivalente ao necessário para atender ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 114, DE 2 DE MARÇO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:  
Art. 1º Autorizar a emissão de 3.029.183 (três milhões, vinte e nove mil, cento e oitenta e três) Notas do Tesouro Nacional - Série "I", NTN-I, no valor de R\$ 12.709.558,25 (doze milhões, setecentos e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos), referenciadas a 15 de fevereiro de 2015, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, observadas as seguintes condições:  
I - data-base: 1º de julho de 2000;  
II - valor nominal na data-base: R\$ 1,00;  
III - preço unitário em 15 de fevereiro de 2015: R\$ 4,195705;  
IV - data de vencimento: a partir de 15 de abril de 2015 e todos os dias 15 dos meses subsequentes em que vencerem as operações de crédito, até a última em 15 de agosto de 2028;  
V - modalidade: nominativa e negociável;  
VI - taxa de juros: 12% a.a. (doze por cento ao ano), calculada sobre o valor nominal atualizado;  
VII - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias dos dias úteis imediatamente anteriores às datas de emissão e de resgate do título;  
VIII - pagamento de juros: na data de resgate do principal;  
IX - resgate do principal: até a data de vencimento da correspondente parcela de juros de financiamento à exportação;  
X - forma de colocação: direta, em favor do interessado, não podendo ser colocada por valor inferior ao par, em quantidade equivalente ao necessário para atender ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 19, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Rio Branco - AC.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Rio Branco - AC, no valor de R\$ 2.562.900,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e novecentos reais), para a execução de ações de Socorro e Assistência, conforme processo nº 59050.000217/2015-61.  
Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.  
Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.  
Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.  
Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.  
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 21, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:  
Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	BOCA DO ACRE	Inundações - 1.2.1.0.0	103/2015	27/02/15	59050.000226/2015-52
AM	CARAUARI	Inundações - 1.2.1.0.0	010/2015	10/02/15	59050.000227/2015-05
AM	TAPAUA	Inundações - 1.2.1.0.0	005	26/02/15	59050.000228/2015-41

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO  
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Às 10:16h do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quinze, o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do Cade, Ana Frazão, Marcio de Oliveira Júnior e Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presentes o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino, o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Lafayete Josué Petter, e o Secretário Substituto do Plenário, Paulo Eduardo Silva de Oliveira.

JULGAMENTOS  
01. Consulta nº 08700.009476/2014-34  
Consulente: ABB Ltda.  
Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Marcel Medon Santos, Marcio de Carvalho Silveira Bueno e outros  
Relatora: Conselheira Ana Frazão  
O processo foi retirado a pedido do Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho.  
04. Processo Administrativo nº 08012.006969/2000-75  
Representante: Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - Ciefas (atualmente designado União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - Unidas)  
Representadas: Hospital Santa Lúcia S.A., Hospital Santa Luzia S.A., Hospital Anchieta, Hospital Daher Lago Sul, Hospital Santa Marta Ltda., Hospital Geral e Ortopédico, Hospital Santa Helena, Hospital São Francisco, Hospital São Lucas, Hospital Prontonorte Ltda., Hospital Brasília - LAF, Promédica Clínica Ltda., Sindicato Brasileiro de Hospitais, Associação de Médicos de Hospitais Privados do Distrito Federal, Associação Médica de Assistência Integrada, União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde e Centro Médico Hospitalar Renascer  
Advogados: Flávio Dickson M. Ramos, Osmar Aarão Gonçalves de Lima Filho, Daniel Santos Guimarães, Tito Amaral de Andrade, Luiz Filipe Ribeiro Coelho, Othon de Azevedo Lopes, Osmar Aarão Gonçalves de Lima Filho, José Luiz Toro da Silva, Ivo Gico Júnior, Eric Jasper e outros  
Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo  
Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.  
Manifestou-se oralmente o advogado Eric Hadmann Jasper, pelos Representados Hospital Anchieta Ltda., Hospital Santa Lúcia, Hospital Daher Lago Sul, Hospital Santa Marta Ltda., Hospital Geral e Ortopédico, Hospital Santa Helena, Hospital São Francisco, Hospital Prontonorte Ltda., Sindicato Brasileiro de Hospitais, Centro Médico Hospitalar Renascer.

PORTARIA Nº 20, DE 2 DE MARÇO DE 2015  
Reconhece situação de emergência em municípios do Estado do Amazonas  
O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e Considerando o Decreto Estadual nº 35.581, de 10 de fevereiro de 2015, do Estado do Amazonas,  
Considerando o Parecer Técnico nº 001/15, elaborado pelo Subcomando de Ações de Defesa Civil do Estado do Amazonas, e as demais informações constantes no processo nº 59050.000225/2015-16, resolve:  
Art. 1º Reconhecer, em decorrência de inundações, COBRA-DE: 1.2.1.0.0, a situação de emergência nos Municípios de Eirunepé, Envira, Ipixuna, Itamarati.  
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados Hospital Anchieta e Hospital Santa Lúcia S.A., pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, incisos I, II e IV c/c artigo 21, incisos I e II, da Lei nº 8.884/1994, com aplicação de multa no valor de R\$ 7.986.641,67 (sete milhões, novecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos) ao Hospital Anchieta; e R\$ 11.766.696,15 (onze milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e quinze centavos) ao Hospital Santa Lúcia S.A.. O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, incisos I e IV c/c artigo 21, incisos I, II e X, da Lei nº 8.884/1994, com aplicação de multa no valor de R\$ 638.460,00 (seiscentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta reais). O Plenário, por unanimidade, determinou, ainda, o arquivamento do processo em relação aos Representados Hospital Daher Lago Sul, Hospital Santa Marta Ltda., Hospital Geral e Ortopédico, Hospital Santa Helena, Hospital São Francisco, Hospital São Lucas, Hospital Prontonorte Ltda., Hospital Brasília - LAF, Promédica Clínica Ltda., Centro Médico Hospitalar Renascer e Sindicato Brasileiro de Hospitais, Associação de Médicos de Hospitais Privados do Distrito Federal, Associação Médica de Assistência Integrada. O Plenário, por unanimidade, determinou, por fim, a suspensão do processo em relação ao Hospital Santa Luzia S.A. em razão da celebração de Termo de Compromisso de Cessação; tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.  
02. Ato de Concentração nº 08700.008607/2014-66  
Requerentes: GlaxoSmithKline PLC. e Novartis AG.  
Advogados: Fabio Amaral Figueira, Olavo Zago Chinaglia, Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo e outros  
Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior  
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a condicionada à celebração e ao cumprimento do Acordo em Controle de Concentração anexo ao voto, nos termos do voto do Conselheiro Relator.  
05. Processo Administrativo nº 08700.006292/2012-51  
Representante: Ministério Público de Pernambuco  
Representadas: Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Pernambuco - SINDCFC/PE; Luiz de Oliveira Lima Filho  
Advogados: Não consta  
Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo  
Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 36, incisos I e IV e § 3º, inciso II da Lei nº 12.529/2011, com aplicação de multa no valor de R\$ 319.230,00 (trezentos e dezenove mil, duzentos e trinta reais), ao Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Pernambuco - SINDCFC/PE e multa no valor de R\$ 31.923,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte e três reais) à Luiz de Oliveira Lima Filho; bem como que abstenham-se de elaborar, divulgar e fiscalizar o uso de tabela de preços e de dificultar ou impedir a negociação direta e individual de serviços de autoescola; nos termos do voto do Conselheiro Relator.  
Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08000.009354/1997-82